
Abaixo assinado a seguir, qualificando, vem requerer:**Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete****MG**

Endereço: Av. Prefeito Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro - (31) 3769-2626 - CONSELHEIRO LAFAIETE -

PROCESSO EXTERNO**Nº 4684 / 2021****vol.0**

Data de Abertura : 24/06/2021

Hora de Abertura : 11:53

Assunto : **DIVERSOS**

Interessado : TRANSBELLAFLORES TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI

CNPJ : 22.220.250/0001-70

Endereço : TRAVESSA LUIS LECONTE

, 05 , SALA 01

Bairro : VILA NOVA MAZZEI

CEP : 02317230

Cidade : SAO PAULO

UF : SP

Telefone : 11932872887

E-mail :

Celular :

Encaminhar Para : DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Descrição do Processo : RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE , CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA .



ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

ASSINATURA SERVIDOR / CARIMBOPara verificar seu protocolo, acesse o endereço eletrônico www.conselheirolafaiete.mg.gov.br



TRANSBELLAFLORES TRANSPORTES E FRETAMENTO - EIRELI
CNPJ 22.220.250/0001-70

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

Ref.: Edital: “CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE”.

TRANSBELLAFLORES TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.220.250/0001-70, com sede na Travessa Luiz Leconte, n.º 05, Vila Nova Mazzei, São Paulo – SP, CEP n.º 02.317-240, por seu representante legal o Sr. **BENAIAS RODRIGUES MACHADO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º: 34.094.051-7 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF n.º 299.133.248-40, residente e domiciliado no endereço acima descrito, infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 109, §3º da Lei n.º 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, respeitosamente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

TV LUIS LECONTE Nº 5 – SALA 01 – VILA NOVA MAZZEI – SÃO PAULO – SP
CEP 02317 – 240 – CELULAR (11) 93287-2887
e-mail : benaiastransbellaflores@gmail.com

Transbellaflores Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 93287-2887



TRANSBELLAFLORE TRANSPORTES E FRETAMENTO - EIRELI
CNPJ 22.220.250/0001-70

I. BREVE SÍNTESE DO RECURSO

1. A **RECORRENTE** integra o quadro de licitantes no presente processo administrativo licitatório, que tem como objeto a **“SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO, ATÍTULO PRECATÓRIO, DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.”**, que conforme ata da sessão pública realizada no dia 18 de junho de 2021 às 09h 30min, fora inabilitada pelo Ilustríssimo Senhor Presidente da Egrégia Comissão Permanente de Licitações, por apresentar tão somente a certidão negativa de débitos Mobiliários, não apresentando a certidão negativa de débitos Imobiliários, certidão esta solicitada no item 6.3.6. do edital que rege tal certame.

II. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO DA ATA DE SESSÃO DE NOVOS ENVELOPES DO DIA 18/06/2021

2. Como é de conhecimento geral, a **RECORRENTE** é atuante na área de transportes, e totalmente apta em quesitos técnicos, contábeis e jurídicos a participar de todo e qualquer certame licitatório que houver, inclusive ao chamamento realizado por esta instituição, como veremos a diante.

3. De acordo com a referida ata citada anteriormente, a **RECORRENTE** teria sido inabilitada por não apresentar a Certidão Negativa Municipal de Débitos Imobiliários, esta teria sido um documento exigido no item 6.3.6 do presente edital.

“6.3.6. Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Municipal; Obs: Certidão Negativa de Débitos Municipais ou qualquer documento hábil que comprove a Regularidade com a Fazenda Pública Municipal em relação a todos os Tributos, Multas e Dívida Ativa (Certidão Plena). No caso de municípios



que mantém Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários.”

4. Pois bem, antes temos que entender o que atesta uma Certidão Negativa Municipal de Débitos Imobiliários. Vejamos, tal certidão atesta em seu teor a regularidade do Contribuinte quanto á débitos pertinentes ao Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana – IPTU, logo, para que esta seja emitida, o solicitante deve possuir um número de “SQL”, que em tese se trata de um número de contribuinte ou o número de cadastro do imóvel.

5. No caso em tela, a **RECORRENTE**, tem sua sede localizada em imóvel locado, pois não possui imóveis na condição de Proprietária, e por este motivo não é contribuinte do IPTU perante o Município de São Paulo onde é sediada, tampouco em qualquer outra municipalidade, conforme se verifica na certidão negativa de Rol Nominal, onde pode se verificar que a **RECORRENTE** não possui imóveis em seu nome.

6. Portanto, a prova de regularidade referente à certidão Municipal a que alude a legislação, é comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa Mobiliária. Essa é a certidão que comprova os tributos que são pertinentes à licitação.

7. Por outro lado, a Certidão de Débitos Imobiliários não pode e não deve ser exigida em licitações, uma vez que esta visa verificar a existência de débitos do imóvel, ou seja, dívidas imobiliárias junto à Prefeitura tais como IPTU, taxa de asfalto, taxa de coleta de lixo, de conservação etc. Esses tributos não são inerentes à licitação.

8. Nenhuma sociedade é obrigada, por exemplo, a ter sede em seu nome. Imagine que a empresa funcione em imóvel alugado no qual o IPTU ficou, pelo contrato de



locação que apenas diz respeito ao locatário e locador, como responsabilidade do dono do imóvel que, por sua vez, não efetuou o pagamento. Não pode ser esse um motivo para inabilitar uma empresa, não há fundamento jurídico na licitação para exigir regularidade fiscal sobre tributos não inerentes à atividade do licitante. Por isso não pode ser exigida regularidade perante impostos municipais imobiliários

9. Como fundamento para a não exigência de impostos imobiliários, pertinente trazer à baila orientação de Marçal Justen Filho:

“Não há cabimento em exigir que o sujeito – em licitação de obras, serviços ou compras – comprove regularidade fiscal atinente a impostos municipais sobre propriedade imobiliária ou impostos estaduais sobre propriedade de veículos. Nem há fundamento jurídico-constitucional para investigar se o sujeito pagou a taxa de polícia para a CVM e assim por diante. Todos esses tributos não se relacionam com o exercício regular, para fins tributários, da atividade objeto do contrato licitado”. [IN JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p.562.]

10. Considerando então que a Certidão Negativa de Tributos Imobiliários visa verificar a existência de débitos do imóvel, ou seja, dívidas imobiliárias junto à Prefeitura, tais como o IPTU, que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, como definido na lei civil, e que a emissão do documento requer que a **RECORRENTE** seja proprietária de um imóvel, e assim contribuinte de tal imposto, seria excesso de formalismo inabilitar a **RECORRENTE**, cujo imóvel ocupado não é de sua propriedade, confrontando-se com o próprio interesse público, fundado na ampla



participação de todos os interessados para oportunizar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa.

11. É necessário atentar para o princípio da razoabilidade, onde é necessário que a Comissão entenda a ausência da referida certidão, cuja regularidade não é inerente à atividade da **RECORRENTE**, e não causa prejuízo à Administração Pública.

III. DAS RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

12. Veja-se Nobre Presidente, como é notório, no quadro societário da respeitável Empresa Viação Umuarama Ltda, consta como Sócio Administrador o respeitável Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, que, inclusive assinou uma procuração acostada aos autos do processo administrativo, onde outorga poderes ao Sr. Danilo Walker Cruvinel Siqueira Torres, para que este seja credenciado como representante de tal empresa no presente certame licitatório.

13. Pois bem, ocorre que, o Nobre Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, recentemente, se desvinculou da empresa **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 18.527.671/0020-33**, mais precisamente no dia 18/05/2021, quando através de sua equipe contábil realizou o arquivamento de uma alteração contratual perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, ocasião em que deixou a posição de Sócio Administrador, e cedeu suas cotas a um novo Sócio, conforme se verifica na Certidão Simplificada da JUCEMG em anexo.

14. Coincidentemente, tal alteração contratual no quadro societário da empresa **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA** se deu, exatamente 03 (três) dias úteis após a primeira sessão pública deste certame, ocorrida no dia 13/05/2021 às 10h.

15. Ora, Presidente, como pode um Sócio Administrador, que atuava e certamente atua na condição de proprietário de uma empresa que por uma má gestão cumulada com



uma prestação de serviço descompromissada, gerou um caos no sistema de transporte coletivo urbano desta cidade, que inclusive ainda sofre com as consequências do rastro deixado pela empresa **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA**, que inclusive foi impedida de renovar o contrato com esta municipalidade por claramente não ter nenhuma capacidade, técnica, jurídica e financeira de prosseguir com a exploração do transporte municipal.

16. O que estamos levantando aqui, não é baseado em achismos ou boatos, é algo que foi DECRETADO, senão vejamos o Decreto Municipal de nº 009, de 18 de janeiro de 2021, onde o Prefeito desta Municipalidade declara "Situação de estado de emergência na prestação de serviços de transporte coletivo urbano do Município".

17. Veja, Nobre Presidente, temos aqui uma empresa a **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**, que através de seu Sócio Administrador, o Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA** licita de má fé com o Poder Público desta municipalidade, uma vez que tal empresa integra o mesmo grupo econômico em que a empresa **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA** está inserida.

18. Como pode um empresário que foi impossibilitado de permanecer com sua empresa prestando serviços à Municipalidade por não garantir uma prestação de serviços adequada e responsável para com o Poder Público vir, de maneira desrespeitosa com outro número de CNPJ e razão social participar deste certame com a finalidade de novamente assumir a exploração do transporte coletivo urbano desta cidade.

19. De fato é uma atitude absurda, e digo até de má fé, uma vez que realizada a primeira sessão pública no dia 13/05/2021, logo em seguida a retirada deste senhor do quadro de sócios da antiga empresa se deu no dia 18/05/2021.

20. Este é um caso que merece análise do Ministério Público e até do Tribunal de Contas, pois é um claro caso de fraude à licitação, e desde já afirmamos que caso esta



TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO - EIRELI
CNPJ 22.220.250/0001-70

empresa permaneça no rol de licitantes habilitados, tais providências serão tomadas, tendo em vista as claras evidências fáticas.

21. O artigo 1.003 do Código Civil preleciona:

Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

22. Conforme disposto, fica claro que ainda que o Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, tenha se retirado do quadro de sócios da empresa **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA**, não será eximido do cumprimento de suas obrigações sociais anteriores pelo período de 02 (dois) anos após sua retirada formal da sociedade.

23. Logo, nobre Presidente, é notório que o Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, será responsabilizado pelos danos causados ao Município e aos Municípios de Conselheiro Lafaiete, e que inclusive é o principal responsável pelo caos atual no sistema de transporte público da Cidade.

24. O fato das empresas **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**, que participa deste certame e a **VIAÇÃO PRESIDENTE LTDA** que deixou de prestar serviços ao município fazerem parte do mesmo grupo econômico, onde tem em comum o seu sócio administrador o Sr. **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, por si só ensejaria a inabilitação da empresa **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA** do presente certame.

IV. DAS RAZÕES PARA MANTER A INABILITAÇÃO DA VIAÇÃO TURISMO LTDA

TV LUIS LECONTE Nº 5 – SALA 01 – VILA NOVA MAZZEI – SÃO PAULO – SP
CEP 02317 – 240 – CELULAR (11) 93287-2887
e-mail : benaiastransbellaflor@gmail.com

Transbellaflores Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 93287-2887



25. Veja, Nobre Julgador, a empresa VIAÇÃO TURISMO LTDA, deixou de apresentar certidões consistentes, onde através dos códigos verificadores, pudéssemos verificar a veracidade das mesmas, dentre elas a certidão negativa de débitos estaduais.

26. Por este motivo que por si só é suficiente para manter a inabilitação desta empresa, é que a RECORRENTE, manifesta as razões para inabilitar a mesma.

V. DAS CONSIDERAÇÕES E RAZÕES FINAIS

27. A RECORRENTE ao requerer a inabilitação das empresas VIAÇÃO UMUARAMA LTDA e VIAÇÃO TURISMO LTDA reforça o princípio norteador da licitação qual seja: da igualdade! Princípio fundamental no âmbito da licitação pública, tendo em vista que a licitação traduz-se, geralmente, no oferecimento de produtos, serviços ou obras por particulares ao Poder Público, que deverá escolher a proposta que lhe for mais vantajosa.

28. Essa escolha não pode ser aleatória nem direcionada, a não ser em raríssimas exceções previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993). Via de regra, deve-se garantir a mais ampla igualdade entre aqueles que pretendam fornecer bens e serviços à Administração.

29. Para MOREIRA NETO (2003, p. 174), é *"a série de atos administrativos coordenados destinados a selecionar a proposta de contrato mais vantajosa para a Administração Pública"*.

30. O mestre HELY LOPES MEIRELLES (2003, p. 264), por sua vez, conceituou licitação como:



“procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”.

31. Transcreve-se a seguir outro conceito de licitação, por ser bastante detalhado, elaborado por TOSHIO MUKAI (1999, p. 1):

“(...) a licitação significa um cotejo de ofertas (propostas), feitas por particulares ao Poder Público, visando a execução de uma obra, a prestação de um serviço, um fornecimento ou mesmo uma alienação pela Administração, donde se há de escolher aquela (proposta) que maior vantagem oferecer, mediante um procedimento administrativo regido, que proporcione tratamento igualitário aos proponentes, findo o qual poderá ser contratado aquele que tiver oferecido a melhor proposta”.

32. A licitação é, por excelência, a atividade da Administração Pública da qual se exige o grau máximo de impessoalidade e de igualdade entre os administrados, posto que lida diretamente com a aplicação dos recursos públicos para a aquisição de bens e serviços pelo Estado. E nem poderia ser diferente. Se assim não fosse, com toda certeza a quantidade de fraudes em licitações e o montante de recursos desviados seriam muito maiores ainda do que aqueles hoje verificados.



TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO - EIRELI
CNPJ 22.220.250/0001-70

33. A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

34. Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no **PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES**, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

35. Assim, demonstrada a necessidade de que o presente recurso seja **PROVIDO** e a **RECORRENTE** seja **HABILITADA NO PROCESSO LICITATÓRIO EM EPÍGRAFE**.

VI. DOS PEDIDOS

36. Diante do exposto, requer:



TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO - EIRELI
CNPJ 22.220.250/0001-70

A) Seja o presente recurso **TOTALMENTE PROVIDO**, e a **RECORRENTE SEJA HABILITADA NO PROCESSO LICITATÓRIO EM EPÍGRAFE**;

B) Outrossim, lastreada as razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos pede deferimento.

São Paulo, 22 de Junho de 2021.

Transbellaflor Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 93287-3887

TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI

CNPJ sob o n.º 22.220.250/0001-70

BENAIAS RODRIGUES MACHADO

RG nº: 34.094.051-7 SSP/SP

Sócio Administrador

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA

"BENAIAS RODRIGUES MACHADO EIRELI"

CNPJ 22.220.250/0001-70

NIRE Nº. 35.600.943.11-8

Pelo presente instrumento particular, a parte abaixo assinalada:

BENAIAS RODRIGUES MACHADO, brasileiro, solteiro, nascido em 20/12/1978, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.133.248-40, portador da Cédula de Identidade RG: nº 34.094.051-7 SSP/SP, domicílio e residência na Travessa Luis Leconte, nº 05 – Bairro: Vila Nova Mazzei – São Paulo – SP – CEP: 02317-240, na condição de titular da empresa "**BENAIAS RODRIGUES MACHADO EIRELI**".

Único e atual titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, denominada "**BENAIAS RODRIGUES MACHADO EIRELI**", inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº **22.220.250/0001-70**, registrada na JUCESP sob nº **35.600.943.11-8**, em sessão de 09/04/2015 com sede social situada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Travessa Luis Leconte, nº 05, Sala 01 Bairro: Vila Nova Mazzei – São Paulo – SP- CEP: 02317-240, resolve alterar o presente documento, conforme segue abaixo:

I – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O titular resolve alterar a Cláusula 3ª que passa a ter a seguinte redação:

Clausula 3ª – A empresa tem como objeto social: (i) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal CNAE (4921-3/01). (ii) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor CNAE (77.19.5/99). (iii) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional CNAE (4929-9/02). (iv) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal CNAE (49.29.9/01).

II – DA ALTERAÇÃO DO VALOR CAPITAL SOCIAL

O titular acima qualificado altera o capital social da empresa DE: R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais), PARA R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato em dinheiro, em moeda corrente nacional, pelo titular, a saber:

Nome	Quotas	%	Valor em R\$	Valor Total R\$
BENAIAS RODRIGUES MACHADO	200.000	100%	1,00	200.000,00
TOTAL	200.000	100%	1,00	200.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade do titular é limitada a importância total do capital integralizado.

III - DA ALTERAÇÃO RAZÃO SOCIAL

Altera-se o nome da razão social DE "**BENAIAS RODRIGUES MACHADO EIRELI**" PARA: "**TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI**".

Parágrafo Único: A empresa adota o nome fantasia de TRANSBELLAFLOR

Transbellaflo Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 93207-2067

320 TABELA DE NOTAS
320 CAPELA DO SOCORRO - SÃO PAULO - SP
320 R. Olívia Guedes Penteado, 94
320 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
320 conforme o original a mim apresentado de que
320 dou fé
320 S. Paulo 07 JUN 2021

Parágrafo Único: A empresa adota o nome fantasia de **TRANSBELLAFLOR**

CLAUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato em dinheiro, em moeda corrente nacional, pelo titular, a saber:

Nome	Quotas	%	Valor em R\$	Valor Total R\$
BENAIAS RODRIGUES MACHADO	200.000	100	1,00	200.000,00
TOTAL	200.000	100	1,00	200.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade do titular é limitada a importância total do capital integralizado.

CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social é: (i) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal CNAE (4921-3/01). (ii) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor CNAE (77.19.5/99). (iii) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional CNAE (4929-9/02). (iv) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal CNAE (49.29.9/01).

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 31 de março de 2015 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender a uma nova situação.

CLAUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa é exercida por **BENAIAS RODRIGUES MACHADO**, conforme acima qualificado.

CLAUSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS.

O exercício social coincidirá com o ano calendário civil, tendo início no dia 1º de janeiro e se encerrando no dia 31 de dezembro e ao final de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas por lei, para a apuração de lucros ou prejuízos.

Parágrafo único: O Empresário Individual de Responsabilidade Limitada poderá efetuar retirada de lucros/dividendos, com base em balanços e/ou balancetes intermediários (mensal, trimestral ou semestral), apurados conforme a Legislação Comercial, em períodos menores que 12 meses, cabendo o titular os lucros ou perdas apuradas.

CLAUSULA SETIMA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).



CLAUSULA OITAVA – IMPEDIMENTO

O titular declara, sob penas da lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA NONA – DAS FILIAIS

A empresa poderá abrir filiais escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do país, desde que convenha aos interesses da empresa.

CLAUSULA DECIMA - DO FALECIMENTO OU DA INCAPACIDADE SUPERVENIENTE DO TITULAR

No caso de falecimento do titular ou incapacidade superveniente comprovada, a empresa continuará com os herdeiros do falecido ou incapaz. Depois de concluído o inventário, no caso de falecimento, será feita alteração com a inclusão do herdeiro na empresa e, no caso de incapacidade, será indicado pela família um representante legal que ocupará a condição de titular.

Parágrafo Único: No caso de desinteresse por parte do herdeiro ou representante legal em continuar as atividades da empresa, os direitos serão apurados em balanço especial a que se refere o *caput* do presente, e serão pagos em moeda corrente em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após 30 (trinta) dias do levantamento do balanço especial e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

No caso de liquidação da empresa individual por interesse do titular será nomeado um liquidante, o qual administrará a empresa durante o período de liquidação, prestando contas de seus atos.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis às sociedades simples, e supletivamente à lei das Sociedades anônimas, ficando desde logo eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por se acharem justas e contratadas, firmam as partes, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 26 de setembro de 2016

BENAIAS RODRIGUES MACHADO
CPF/MF nº 299.133.248-40
RG nº 34.094.051-7 - SSP/SP

CARTÓRIO SANTANA - 8º RCPN - CAPITAL - SP
VINICIUS BARBOSA OLIVEIRA - Oficial / Rua Amaral Camargo, 102 - CEP 02018-000 - São Paulo - SP
☎ (11) 2344-4717 ☎ 97620-6262 🌐 www.cartoriodesantana.sp.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: (1) BENAIAS RODRIGUES MACHADO, com valor econômico, e dou fé.
São Paulo, 03 de outubro de 2016.
Em Teste da verdade, Selo(s):
LUCIANO DOS SANTOS - Escrevente
Belo 1; Total R\$ R\$ 8,15 ; Cont.1985892713543600356434

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E ASSINATURAS

Esta folha é parte integrante da 1ª Alteração Contratual da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada "TRANSELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI".

Rua Alfredo Pujol, 285 – Cjs 43



(511) – 3578-9300

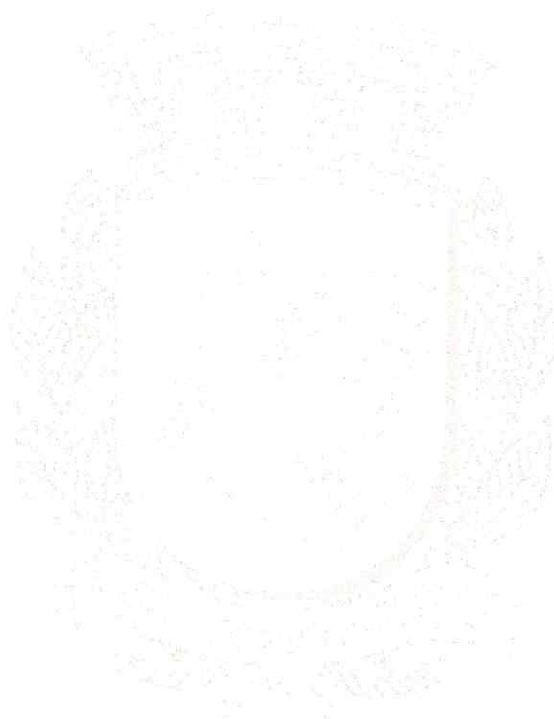


Transbellator Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 9387-3007

Número do Contribuinte: 22.220.250/

Nome do Contribuinte: TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI

Não consta imóvel cadastrado em nome de: TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELI -
CPF/CNPJ Raiz: 22.220.250/



Transbellafior Transportes
CNPJ: 22.220.250/0001-70
Telefone: 011 93267-3007

Certidão emitida via internet com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Prazo de validade de 06(seis) meses a partir da data de sua liberação com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Certidão emitida às 12:00:21 horas do dia 18/06/2021 (hora e data de Brasília).

Código de autenticidade: 8AD019BF

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda>.

Qualquer rasura invalidará este documento.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	VIACAO PRESIDENTE LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120072204-8	18.527.671/0001-70	12/02/1976	01/02/1976

Endereço Completo:

RUA PROFESSOR MARIO CASASSANTA 120 - BAIRRO CARLOS PRATES CEP 30710-410 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

TRANSPORTE RODOVIARIO URBANO, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE DE ENCOMENDAS E PRESTACAO DE TRANSPORTE TURISTICO DE SUPERFICIE.

Capital Social: R\$ 6.000.000,00 SEIS MILHÕES DE REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
Capital Integralizado: R\$ 6.000.000,00 SEIS MILHÕES DE REAIS		

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação	Função
004.692.546-53	BALTHAZAR PEREIRA DA SILVA	xxxxxxx	R\$ 510.000,00	SOCIO
xxxxxxx	DIMEL EMPREENDIMENTOS LTDA	xxxxxxx	R\$ 915.000,00	SOCIO
051.500.626-26	LUCIA ALVES DE OLIVEIRA	xxxxxxx	R\$ 600.000,00	SOCIO
xxxxxxx	PHUMA PARTICIPACOES LTDA	xxxxxxx	R\$ 360.000,00	SOCIO
094.770.986-04	ROBERTO JOSE DE OLIVEIRA SILVA	xxxxxxx	R\$ 600.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
xxxxxxx	SALTO PARTICIPACOES EIRELI	xxxxxxx	R\$ 3.015.000,00	SOCIO

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 18/05/2021

Número: 8530842

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
2003 - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF
2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
TRANSPORTES GIACOMIN LTDA	3120100100-0	619965	xx	INCORPORACAO
RAPIDO TRANSILVA LTDA	3120104506-6	545107	xx	INCORPORACAO
VIACAO CIDADE DOS SINOS LTDA	3120647671-5	2935839	xx	INCORPORACAO

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001495167 e visualize a certidão)



21/514.679-4



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	VIACAO PRESIDENTE LTDA	
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela		
Nire	CNPJ	Endereço
3190050514-7	18.527.671/0002-51	RUA DALILA PORTO DA SILVA, 41, BAIRRO LIMOEIRO, 35300-506, CARATINGA/MG
3190050511-2	18.527.671/0005-02	RUA CAMBEBAS, 85, BAIRRO IGUACU, 35162-042, IPATINGA/MG
3190142249-1	xxxxxxx	ALAMEDA SEBASTIANA TAROCO VIANINI, 6, BAIRRO FABRICAS, 36300-000, SAO JOAO DEL REI/MG
NADA MAIS#		

Belo Horizonte, 22 de Junho de 2021 18:05


MARINELY DE PAULA ROMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001495167 e visualize a certidão)



21/514.679-4

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

EXPRESSO SANTA MARIA LTDA, com sede à Rua Itapetinga, 200, Bairro São Cristóvão em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-31.130-100 inscrita no CNPJ.: 19.252.501/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial de Minas Gerais sob o N.º: 3120101490-0 em 07/10/1976, neste ato representada por seu sócio-diretor **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, cédula de identidade M-2.545.498 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF - 004.697.936-00, residente na Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.220-150;

RRC PARTICIPAÇÕES LTDA, empresa com sede à Av. Padre Lourenço da Costa, 1.072 Bairro São Sebastião em Itajubá, Minas Gerais, CEP-37.500-189, inscrita no CNPJ.: 03.065.454/0001-39, com contrato Social arquivado no Cartório de Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas de Itajubá, Minas Gerais, sob o nº. 1146 às folhas 104 do livro 6ª, em 29/12/1998, neste ato representada por um de seus diretores: **ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, maior, nascido em 13/05/1971, empresário, cédula de identidade M-6.017.195 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas gerais, CPF-842.634.316-34, residente e domiciliado à Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.220-150; **CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 28/12/1977, empresário, cédula de identidade M-8.345.657 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Estado de Minas Gerais, CPF-029.291.586-11, residente à Rua Montevideu, 309, apartamento 1301, Bairro Sion em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.315-560; e **RODRIGO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, desquitado, maior, nascido em 14/01/1967, empresário, cédula de identidade M-4.138.845 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF-574.712.586-91, residente à Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.220-150.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada "VIAÇÃO UMUARAMA LTDA", situada à Avenida Apucarana, 3.890, Bairro Centro, da cidade de Umuarama, Estado do Paraná, CEP.: 87.501-230, inscrita no CNPJ.: 76.354.281/0001-42, Inscrição Estadual nº.82.201.554-99 e Inscrição Municipal n.º 0502, com contrato de constituição registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n.º 41201665526, por despacho em sessão de 24/05/1962 e última alteração registrada sob o nº. 20105575925 em 24/05/2010, resolvem alterar e consolidar o contrato social, com base no novo Código Civil (Lei 10.406 de 10/01/2002) mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o endereço das seguintes filiais:

a) Filial situada a Avenida Doutor Ângelo Moreira da Fonseca, 885, Bairro Zona do Armazém, em Umuarama no Estado do Paraná, CEP 87.506-380 e CNPJ-76.354.281/0037-53, arquivado sob o NIRE 41900397601 em 02/07/1993, para Avenida Apucarana, 3.844, sala 02, Bairro Centro, em Umuarama, Estado do Paraná, CEP 87.501-230.

b) Filial situada a Estação Rodoviária S/N Box em Iporã no Estado do Paraná, CEP.: 85.560-000 e CNPJ 76.354.281/0017-00, NIRE 41 9 0024008-7, data



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

03/08/1982; para Estação Rodoviária S/N Box em Iporã no Estado do Paraná, CEP.: 87.560-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica criada a seguinte filial:

Filial situada à Rua dos Farroupilhas, 105, Bairro Parque Jardim das Exposições, em Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.906-012.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica alterada a cláusula oitava DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL, que passa a ter a seguinte redação:

A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria, composta de 4 (Quatro) membros não sócios, nos termos do artigo 1.061 do Código Civil: GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA, ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO, CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO, RODRIGO PAIVA CONSTANTINO, já qualificados;

Parágrafo Primeiro. - Os diretores terão poderes para praticar isoladamente, todos e quaisquer atos necessários ao regular funcionamento e desenvolvimento dos negócios, representando-a em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, nos atos e contratos de qualquer natureza ou para qualquer finalidade, exceto na venda de bens patrimoniais imóveis e cessão de direitos de concessão de serviços contratados, quando será obrigatória a assinatura isolada do Sr. Genedly Constantino de Oliveira ou em conjunto pelos outros três administradores.

Parágrafo Segundo - Incluem-se dentre os poderes de administração, mas a tanto não se limitam estes poderes, a representação perante a administração pública, direta ou indireta, repartições, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, federais, estaduais e municipais, terceiros em geral, notadamente em relação a bancos e quaisquer outras entidades financeiras, públicas e privadas.

Parágrafo Terceiro - É expressamente defeso aos diretores, no uso dos poderes de administração da sociedade o uso da denominação social em negócios estranhos ao objetivo social, bem como a prestação, pela sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas);

Parágrafo Quarto - A sociedade, nos termos do artigo 1.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002 (Novo Código Civil), não responderá por excesso cometido pelos administradores, que venha a trazer prejuízos a terceiros.

Parágrafo Quinto - Os administradores da sociedade deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

Parágrafo Sexto - Os Diretores poderão nomear procurador em nome da sociedade, para todos os atos de interesses sociais, conferindo poderes que deverão estar expressos no instrumento de mandato.



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

Parágrafo Sétimo - As retiradas a título de pro labore dos Diretores serão estipuladas e feitas mensalmente de acordo com a decisão dos sócios, observadas as restrições legais e serão levadas a débito da conta de despesas gerais.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

a) Esta Sociedade poderá se transformar em qualquer outro tipo de Sociedade;

b) Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA QUINTA - Permanecem as demais cláusulas em condições vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO:

A vista da modificação ora ajustada, resolvem consolidar o Contrato Social com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

EXPRESSO SANTA MARIA LTDA, com sede à Rua Itapetinga, 200, Bairro São Cristóvão em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-31.130-100 inscrita no CNPJ.: 19.252.501/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial de Minas Gerais sob o N.º: 3120101490-0 em 07/10/1976, neste ato representada por seu socio-diretor GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, cédula de identidade M-2.545.498 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF - 004.697.936-00, residente na Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.220-150;

RRC PARTICIPAÇÕES S/S LTDA, empresa com sede à Av. Padre Lourenço da Costa, 1.072 Bairro São Sebastião em Itajubá/MG., CEP.: 37.500-189, inscrita no CNPJ.: 03.065.454/0001-39, com contrato Social arquivado no Cartório de Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas de Itajubá/MG., sob o nº. 1146 às folhas 104 do livro 6º, em 29/12/1998, neste ato representada pelos seus diretores: **ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, maior, nascido em 13/05/1971, empresário, cédula de identidade M-6.017.195 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, CPF-842.634.316-34, residente e domiciliado à Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.220-150; **CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 28/12/1977,



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41ª
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

empresário, cédula de identidade M-8.345.657 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Estado de Minas Gerais, CPF-029.291.586-11, residente à Rua Montevideu, 309, apartamento 1301, Bairro Sion em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30.315-560; e RODRIGO PAIVA CONSTANTINO, brasileiro, desquitado, maior, nascido em 14/01/1967, empresário, cédula de identidade M-4.138.845 expedida pela secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF-574.712.586-91, residente à Rua Pirapetinga, 537, apartamento 1601, Bairro Serra em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.220-150.

Sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada "VIAÇÃO UMUARAMA LTDA", situada à Avenida Apucarana, 3.890, Bairro Centro da cidade de Umuarama, Estado do Paraná, CEP.: 87.501-230, inscrita no CNPJ.: 76.354.281/0001-42, Inscrição Estadual nº.82.201.554-99 e Inscrição Municipal n.º 0502, com contrato de constituição registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n.º 41201665526, por despacho em sessão de 24/05/1962.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E DOMICÍLIO.

A sociedade gira sob a denominação social de "VIAÇÃO UMUARAMA LTDA", com sede e domicílio na à Av. Apucarana nº. 3.890, Bairro Centro, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, CEP-87.501-230.

Parágrafo primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo segundo - A sociedade mantém criadas e em pleno exercício as seguintes filiais:

1. Av. Adjalmo Saldanha, nº. 952 Bairro Vila Berneck em Mundo Novo no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.980-000 e CNPJ-76.354.281/0002-23, NIRE 54 9 0000674-3;

2. Rua Fagundes Varela, nº. 1.266, Bairro Alto Alegre em Cascavel no Estado do Paraná, CEP-85.805-110 e CNPJ-76.354.281/0003-04, NIRE 41 9 0024012-5, data 10/09/1979;

3. Rua Rui Barbosa, nº. 1.156 em Guaíra no Estado do Paraná, CEP-85.980-000 e CNPJ-76.354.281/0004-95, NIRE 41 9 0024002-8, data 10/09/1979;

4. Rua Barão de Limeira, nº. 140 em Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.070-150 e CNPJ-76.354.281/0006-57, NIRE 54 9 00055113-2;

5. Rua Hayel Bonfaker, nº. 1.773 em Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.811-100 e CNPJ-76.354.281/0007-38, NIRE 54 9 0005512-4;

6. Rua Pedro Manvalier, nº. 1.845 em Amambai no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.990-000 e CNPJ-76.354.281/0008-19, NIRE 54 9 0005523-0;



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

7. Av. Presidente Vargas S/N em Iguatemi no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP- 79.960-000 e CNPJ-76.354.281/0009-08, NIRE 54 9 0005524-8;

8. Praça Raposo Tavares S/N em Umuarama no Estado do Paraná, CEP- 87.501-670 e CNPJ-76.354.281/0011-14, NIRE 41 9 0024015-0, data 03/08/1982;

9. Av. Paraná, nº.739 Bairro Centro em Perobal no Estado do Paraná, CEP-87.517-000 e CNPJ- 76.354.281/0012-03, NIRE 41 9 0024004-4, data 03/08/1982;

10. Estação Rodoviária S/N, Box 3, Bloco B em Cascavel no Estado do Paraná, CEP-85.805-000 e CNPJ-76.354.281/0013-86, NIRE 41 9 0024007-9, data 03/08/1982;

11. Av. Coronel Otávio Tosta, S/N, Estação Rodoviária Box 08 em Guaíra no Estado do Paraná, CEP-85.980-000 e CNPJ-76.354.281/0014-67, NIRE 41 9 0024010-9, data 03/08/1982;

12. Estação Rodoviária S/N Box em Assis Chateaubriand no Estado do Paraná, CEP-85.935-000 e CNPJ-76.354.281/0015-48, NIRE 41 9 0024013-3, data 03/08/1982;

13. Praça da Rodoviária S/N em Toledo no Estado do Paraná, CEP- 85.900-000 e CNPJ-76.354.281/0016-29, NIRE 41 9 0024005-2, data 03/08/1982;

14. Estação Rodoviária S/N Box em Iporã no Estado do Paraná, CEP- 87.560-000 e CNPJ-76.354.281/0017-00, NIRE 41 9 0024008-7, data 03/08/1982;

15. Rua 25 de Julho, esquina com Rua Ipiranga, Estação Rodoviária Box em Palotina no Estado do Paraná, CEP-85.950-000, CNPJ-76.354.281/0018-90, NIRE 41 9 0024011-7, data 03/08/1982;

16. Rua Oscar Machado, S/N, Estação Rodoviária Box em Terra Roxa no Estado do Paraná, CEP-85.990-000 e CNPJ-76.354.281/0019-71, NIRE 41 9 0024014-1, data 03/08/1982;

17. Estação Rodoviária S/N em Alto Piquiri no Estado do Paraná, CEP- 87.580-000 e CNPJ-76.354.281/0020-05, NIRE 41 9 0024003-6, data 03/08/1982;

18. Estação Terminal Rodoviário S/N em Francisco Alves no Estado do Paraná, CEP-87.570-000 e CNPJ-76.354.281/0021-96, NIRE 41 9 0024006-1, data 03/08/1982;

19. Terminal Rodoviário de Campo Grande, sito à Avenida Gury Marques, nº 1215, Box 33, Bairro Universitário, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, CEP 79.063-000 e CNPJ-76.354.281/0022-77, NIRE 54 9 0005521-3;



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41ª
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

20. Avenida Marcelino Pires nº.1117 em Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.800-000 e CNPJ-76.354.281/0023-58, NIRE 54 9 0005520-5;

21. Rua Monteiro Lobato S/N, Box da Estação Rodoviária em Sete Quedas no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.935-000 e CNPJ-76.354.281/0024-39, NIRE 54 9 0005519-1;

22. Avenida Veimar Torres nº.607, Box da Estação Rodoviária em Naviraí no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.950-000 e CNPJ-76.354.281/0025-10, NIRE 54 9 0005518-3;

23. Rua Santa Terezinha nº.424, Box da Estação Rodoviária em Eldorado no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.970-000 e CNPJ-76.354.281/0026-09, NIRE 54 9 0005517-5;

24. Rua Presidente Vargas S/N, Box da Estação Rodoviária em Caarapó no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.940-000 e CNPJ-76.354.281/0027-81, NIRE 54 9 0005516-7;

25. Rua Bahia, nº.500, Box 01 a 04 da Estação Rodoviária em Mundo Novo no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.980-000 e CNPJ-76.354.281/0029-43, NIRE 54 9 0005515-9;

26. Estação Rodoferroviária S/N em Curitiba no Estado do Paraná, CEP-80.600-900 e CNPJ-76.354.281/0030-87, NIRE 41 9 0024778-2, data 23/07/1987;

27. Box da Estação Rodoviária S/N em Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.900-000 e CNPJ-76.354.281/0031-68, NIRE 54 9 0009053-1;

28. Box da Estação Rodoviária S/N em Itaquiraí no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.965-000 e CNPJ-76.354.281/0032-49, NIRE 54 9 0009052-3;

29. Box da Estação Rodoviária S/N em Tacuru no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.975-000 e CNPJ-76.354.281/0033-20, NIRE 54 9 0009054-0;

30. Terminal Rodoviário Federal, Box 4 em Altônia no Estado do Paraná, CEP-87.550-000 e CNPJ-76.354.281/0034-00, NIRE 41 9 0027257-4, data 15/07/1988;

31. Estação Rodoviária S/N Box em Pérola no Estado do Paraná, CEP-87.540-000 e CNPJ-76.354.281/0035-91, NIRE 41 9 0027256-6, data 15/07/1988;

32. Estação Rodoviária S/N Box em Cafezal do Sul no Estado do Paraná, CEP-87.560-000 e CNPJ-76.354.281/0036-72, NIRE 4190027258-2, data 15/07/1988;



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41ª
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

33. Avenida Apucarana nº. 3.844, sala 02, em Umuarama no Estado do Paraná, CEP-87.501-230 e CNPJ-76.354.281/0037-53, NIRE 41900397601, data 02/07/1993;

34. Rua Marechal C. Rondon nº. 164 em São Jorge do Patrocínio no Estado do Paraná, CEP-87.555-000 e CNPJ-76.354.281/0038-34, NIRE 41 9 0039759-8, data 02/07/1993;

35. Box Terminal Rodoviário S/N em Paranhos no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.925-000 e CNPJ-76.354.281/0040-59, NIRE 54 9 0014935-8;

36. Terminal Rodoviário S/N Box em Brasilândia do Sul no Estado do Paraná, CEP-87.595-000 e CNPJ-76.354.281/0041-30, NIRE 41 9 0046068-1, data 14/03/1995;

37. Avenida Pedro Manvailer, nº. 2749, Box 05 em Amambai no Estado do Mato Grosso do Sul, CEP-79.990-000 e CNPJ-76.354.281/0042-10, NIRE 54 9 0015235-9;

38. Rua Itapetinga, nº 200, sala 01, Bairro São Cristóvão em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 31.130-100 e CNPJ-76.354.281/0043-00, NIRE 35902243470, data 17/09/1999;

39. Rua dos Farropeiros, nº 105, Bairro Parque Jardim das Exposições, em Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79.906-012

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

O objeto Social da empresa é a exploração do ramo de Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros Municipais, Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais, de Cargas e Encomendas, Fretamentos e Transportes Turísticos previsto na legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciou suas atividades em 01/06/1962 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo extinguir-se pela impossibilidade de se manter ou por consenso dos sócios;

Parágrafo primeiro: Em caso de extinção da mesma, o acervo patrimonial será distribuído entre os sócios, na proporção de suas cotas, cabendo a estes, por maioria de capital, escolher um ou mais liquidantes para representá-los.

Parágrafo segundo: No caso de morte, impedimento, interdição ou extinção de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou sucessores, a título singular ou universal, sub-rogar-se-ão nos direitos e obrigações patrimoniais do "de cujus", interditado, impedido ou extinto, podendo estes optar pela cessão de suas cotas,



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41ª
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

observando-se, no caso, o direito de preempção, o valor e as condições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é no valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais) divididos em 5.000.000 (Cinco Milhões) de cotas no valor de 1,00 (Um real) cada, já totalmente integralizados e tem a seguinte distribuição:

SÓCIOS	COTAS	VALOR	PARTIC.
EXPRESSO SANTA MARIA LTDA	2.750.000	R\$ 2.750.000,00	55%
RRC PARTICIPAÇÕES LTDA	2.250.000	R\$ 2.250.000,00	45%
TOTAL	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	100%

Parágrafo único - Nos termos do artigo 1052, do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio, é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA - DO AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE PREEMPÇÃO

O Capital Social poderá ser aumentado sempre que necessário, ou por interesse dos sócios cotistas, através de subscrição e integralização de novas cotas em bens ou espécie, assim como pela incorporação de reservas livres, na proporção de suas cotas-partes. O aumento de capital, será sempre efetivado em alteração contratual, levada a registro junto ao órgão competente;

Parágrafo único: Quando, porém, o aumento em que trata esta cláusula depender de recursos financeiros de cada sócio, terão estes o direito de preferência ou preempção para participar do aumento na proporção do valor da sua cota-parte no Capital Social;

I: Não exercendo, qualquer dos sócios, este direito, a parcela que lhe caberia no aumento do Capital será absorvida pelo outro sócio;

II: Não havendo, também, interesse no exercício do direito de preferência por parte do sócio remanescente, poderão, por maioria de capital, optar pela oferta para subscrição integral ou parcial de cotas a terceiros.

III: A deliberação sobre a necessidade de aporte de Capital nos termos do que dispõe o presente parágrafo, será sempre tomada por maioria de capital, devendo vir acompanhada de razões técnicas, firmada por profissional hábil para tal parecer, indicado igualmente pela maioria do Capital Social.



VIACÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

CLÁUSULA SEXTA - DA RETIRADA DE SÓCIOS

Assiste ao sócio a faculdade de se retirar da Sociedade, mediante o reembolso da quantia correspondente ao valor de sua cota-parte, desde que, 60 (sessenta) dias antes, cientifique ao outro sócio, por escrito, seu interesse de retirar-se;

Parágrafo primeiro: O valor do reembolso da quota-parte do sócio retirante será encontrado pela divisão do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado em Balanço especialmente levantado para este fim, dentro de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no caput desta cláusula.

Parágrafo segundo: O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á de acordo com o que for avençado livremente entre as partes. Caso as partes não entrem em acordo, o pagamento do valor integral dar-se-á em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas pelo IGPM do período, acrescidas de juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, sendo o primeiro pagamento no dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo terceiro: As cotas não poderão ser transferidas a terceiros sem prévio e expresse consentimento do outro sócio, que terá peremptoriamente, o direito de preferência. O sobredito consentimento será consignado no próprio instrumento de alteração ou instrumento à parte.

Parágrafo quarto: O sócio remanescente terá preferência, em igualdade de condições, para adquirir as cotas do sócio retirante. Se o sócio remanescente, ou a Sociedade, não usarem do direito de preferência que lhes é assegurado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da comunicação, fica assegurado ao sócio retirante o direito de ceder suas cotas a terceiros, valendo o instrumento de cessão, depois de registrado no Cartório de Títulos e Documentos, como prova plena de alteração de titularidade do Contrato Social, sendo, portanto, ineficaz em relação à Sociedade a feitura de qualquer cessão ou transferência de cotas com infração às regras estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA IMPENHORABILIDADE DAS QUOTAS

É expressamente vedado aos cotistas, constituir qualquer ônus sobre as cotas, sendo as mesmas impenhoráveis, nos termos do artigo 649, inciso I do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria, composta de 4 (Quatro) membros não sócios, nos termos do artigo 1.061 do Código Civil: GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA, ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO, CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO, RODRIGO PAIVA CONSTANTINO. já qualificados;



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41^a
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

Parágrafo Primeiro - Os diretores terão poderes para praticar isoladamente, todos e quaisquer atos necessários ao regular funcionamento e desenvolvimento dos negócios, representando-a em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, nos atos e contratos de qualquer natureza ou para qualquer finalidade, exceto na venda de bens patrimoniais imóveis e cessão de direitos de concessão de serviços contratados, quando será obrigatória a assinatura isolada do Sr. Genedly Constantino de Oliveira ou em conjunto pelos outros três administradores.

Parágrafo Segundo - Incluem-se dentre os poderes de administração, mas a tanto não se limitam estes poderes, a representação perante a administração pública, direta ou indireta, repartições, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, federais, estaduais e municipais, terceiros em geral, notadamente em relação a bancos e quaisquer outras entidades financeiras, públicas e privadas.

Parágrafo Terceiro - É expressamente defeso aos diretores, no uso dos poderes de administração da sociedade o uso da denominação social em negócios estranhos ao objetivo social, bem como a prestação, pela sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas);

Parágrafo Quarto - A sociedade, nos termos do artigo 1.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002 (Novo Código Civil), não responderá por excesso cometido pelos administradores, que venha a trazer prejuízos a terceiros.

Parágrafo Quinto - Os administradores da sociedade deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

Parágrafo Sexto - Os Diretores poderão nomear procurador em nome da sociedade, para todos os atos de interesses sociais, conferindo poderes que deverão estar expressos no instrumento de mandato.

Parágrafo Sétimo - As retiradas a título de pro labore dos Diretores serão estipuladas e feitas mensalmente de acordo com a decisão dos sócios, observadas as restrições legais e serão levadas a débito da conta de despesas gerais.

CLÁUSULA NONA - DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas em reunião, que deverá ser convocada por qualquer um dos sócios, com expressa comunicação aos demais.

Parágrafo primeiro: A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras, designar administradores, quando for o caso e deliberar sobre outros assuntos da ordem do dia.



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

Parágrafo segundo: Observados os quoruns mínimos de deliberação previstos nos arts. 1.071 e 1076 da Lei 10.406 de 10.01.2002, as deliberações dos sócios, serão tomadas pelos votos que representarem a maioria do capital social, dando cada quota direito a um voto, sendo que em relação a sociedade, a cota é indivisível.

CLÁUSULA DECIMA - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O Exercício Social coincidirá com o ano civil, quando será levantado o Balanço Geral da Sociedade, cabendo à Assembléia de Sócios a sua aprovação e a indicação do destino a ser dado nos resultados apurados.

Parágrafo único: Os sócios participarão nos lucros e perdas apurados mensal, Trimestral ou anualmente na proporção das cotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

a) Esta Sociedade poderá se transformar em qualquer outro tipo de Sociedade;


b) Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FÔRO

Fica eleito o fôro da cidade de Umuarama/PR., para dirimir quaisquer ações em torno deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Umuarama-Pr., 28 de junho de 2014,


EXPRESSO SANTA MARIA LTDA
Genedly Constantino de Oliveira


GENEDLY CONSTANTINO DE
OLIVEIRA


ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO


RRC PARTICIPAÇÕES S/S LTDA
Cristiano Paiva Constantino


RODRIGO PAIVA CONSTANTINO


CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO

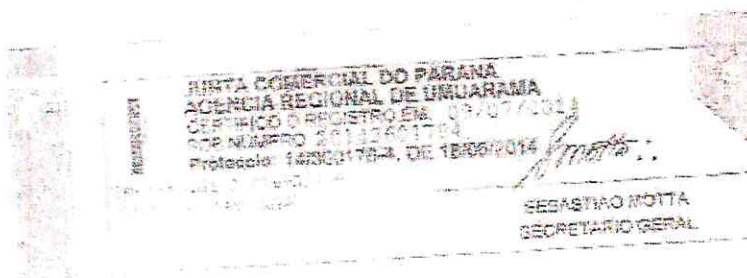


VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 41º
CNPJ Nº 76.354.281/0001-42

TESTEMUNHAS:

WANDELEY MITSUO TSUTSUMI
CI: 1.931.726-9 SSP/PR.

FABIANO SILVÉRIO DAS NEVES
CI: 5.983.191-7 SSP/PR.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NRO: 3121054203-4
EM 10/12/2015.

RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA

Protocolo: 15/813.685-3

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 002 - 11/11/2015 11:03



15/813.685-3

AR1777055

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153815983725

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO

020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
040	1	CONVERSAO DE SOCIEDADE CIVIL
2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Rogério Pereira ConstantinoAssinatura: [Assinatura]Telefone de Contato: (81) 2519-3300

ITAJUBA
Local

20 Novembro 2015

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

10/12/2015

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31210542034 em 10/12/2015 da Empresa RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA, Nire 31210542034 e protocolo 158136853 - 11/11/2015. Autenticação: 29624854F8683FF63443FD964C16BCB549CA8DB1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/813.685-3 e o código de segurança WqzW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/12/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL

pág. 1/8

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 03.065.454/0001-39

RODRIGO PAIVA CONSTANTINO, brasileiro, divorciado, nascido em 14/01/1967, empresário, portador da cédula de Identidade nº M-4.138.845 SSP/MG e do CPF nº 574.712.586-91, residente à Rua João Liberal nº 123, Bairro Parque Catanduvás, em Varginha, Minas Gerais, CEP 37006-240;

ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO, brasileiro, casado, nascido em 13/05/1971, empresário, portador da cédula de Identidade nº M-6.017.195 SSP/MG e do CPF nº 842.634.316-34, residente na Rua Além Paraíba nº 275, Bairro Lagoinha em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31210-120;

CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO, brasileiro, casado, nascido em 28/12/1977, empresário, portador da cédula de Identidade nº M-8.345.657 SSP/MG e do CPF nº 029.291.586-11, residente à Rua Além Paraíba nº 275, Bairro Lagoinha em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31210-120.

Únicos componentes da sociedade SIMPLES limitada denominada **R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com contrato de constituição registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Itajubá/MG, sob o nº 1.146 às folhas 104 do Livro 6 em 29/12/1998, e última alteração contratual em 08/01/2004, inscrita no CNPJ 03.065.454/0001-39, resolvem alterar e consolidar o contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:


I - Retifica-se a cláusula 8ª que passa a ter com a seguinte redação:

A sociedade será administrada por todos os sócios, que na qualidade de sócios administradores, a representação, em todos os seus atos quer em juízo ou fora dele, representação esta que será exercida isoladamente e indistintamente por qualquer um dos membros da diretoria, competindo-lhes o uso da Denominação Social, bem como praticar qualquer ato administrativo no interesse social, representando-a ativa e passivamente, perante as pessoas físicas ou jurídicas, quer sejam públicas ou privadas, inclusive perante estabelecimentos de crédito; exceto na venda de bens patrimoniais imóveis e cessão de direitos de concessão de serviços contratados, quando será obrigatória a assinatura de todos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será permitido o aval da Sociedade em operações de exclusivo interesse desta, mediante declaração expressa de dois dos sócios representantes da quotista majoritária, ou simplesmente que o aval contenha as suas assinaturas, sendo expressamente vedado o uso da Denominação em negócios de favores ou para terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os administradores e/ou qualquer dos sócios que vierem a prestar serviços à Sociedade, poderão fazer jus a um *quantum* remuneratório, que será, mensalmente, retirado ou acumulado de acordo com a disponibilidade de caixa a título de retirada *pró-labore*. Os valores serão previamente discutidos, aprovados em Assembleia e reajustados sempre que houver interesse ou necessidade, podendo, todavia, ser reduzido ou extinto por maioria do Capital votante.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os administradores não responderão, no entanto, solidariamente pelas obrigações patrimoniais da Sociedade.


Paulo Bomfim





Página 1 de 6



3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 03.065.454/0001-39

PARÁGRAFO QUARTO: Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

II - Altera-se o endereço da sociedade de Av. Padre Lourenço da Costa nº 1.072, Bairro São Sebastião, Itajubá, Minas Gerais, CEP 37502-454 para Av. Padre Lourenço, nº 1.072, Bairro São Sebastião, Itajubá, Minas Gerais, CEP 37.502-454.

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA SOCIEDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E FÔRO.

A sociedade gira sob a denominação social de RRC Participações e Negócios Ltda., com sede e foro à Av. Padre Lourenço, nº 1.072, Bairro São Sebastião, Itajubá, Minas Gerais, CEP 37.502-454.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO SOCIAL

O objetivo social da empresa é:

- Participação como sócia quotista ou acionista em empresas privadas de qualquer natureza - CNAE nº 6463-8/00 e
- Atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, sem especialização definida - CNAE nº 7490-1/04.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 29/12/1998 com prazo de duração indeterminado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de extinção da mesma, o acervo patrimonial será distribuído entre os sócios, na proporção de suas quotas, cabendo a estes, por maioria de capital, escolher um ou mais liquidantes para representá-los.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de morte, impedimento, interdição ou extinção de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou sucessores, a título singular ou universal, sub-rogar-se-ão nos direitos e obrigações patrimoniais do "de cujus", interditado, impedido ou extinto, quando deverão ceder suas quotas, observando-se, no caso, o direito de preempção, o valor e as condições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é no valor de R\$ 821.625,00 (Oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais) divididos em 821.625 (Oitocentos e vinte e um mil,



Página 2 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31210542034 em 10/12/2015 da Empresa RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA, Nire 31210542034 e protocolo 158136853 - 11/11/2015. Autenticação: 29624854F8683FF63443FD964C16BCB549CA8DB1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/813.685-3 e o código de segurança WqzW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/12/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 3/6

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 03.065.454/0001-39

seiscentos e vinte e cinco) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, já totalmente integralizados e tem a seguinte distribuição:

SÓCIOS	COTAS	VALOR	%
Rodrigo Paiva Constantino	273.875	R\$ 273.875,00	33,3333
Rogério Paiva Constantino	273.875	R\$ 273.875,00	33,3333
Cristiano Paiva Constantino	273.875	R\$ 273.875,00	33,3334
TOTAL ►	821.625	R\$ 821.625,00	100,0000

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos do artigo 1.052, do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA QUINTA - DO AUMENTO DE CAPITAL E DIREITO DE PREEMPÇÃO

O Capital Social poderá ser aumentado sempre que necessário, ou por interesse dos sócios quotistas, através de subscrição e integralização de novas quotas em bens ou espécie, assim como pela incorporação de reservas livres, na proporção de suas quotas-partes. O aumento de capital, será sempre efetivado em alteração contratual, levada a registro junto ao órgão competente;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando, porém, o aumento em que trata esta cláusula depender de recursos financeiros de cada sócio, terão estes o direito de preferência ou preempção para participar do aumento na proporção do valor da sua quota-parte no Capital Social;

I - Não exercendo, qualquer dos sócios, este direito, a parcela que lhe caberia no aumento do Capital será absorvida pelo outro sócio;

II - Não havendo, também, interesse no exercício do direito de preferência por parte do sócio remanescente, poderão, por maioria de capital, optar pela oferta para subscrição integral ou parcial de quotas a terceiros.

III - A deliberação sobre a necessidade de aporte de Capital nos termos do que dispõe o presente parágrafo, será sempre tomada por maioria de capital, devendo vir acompanhada de razões técnicas, firmada por profissional hábil para tal parecer, indicado igualmente pela maioria do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA - DA RETIRADA DE SÓCIOS

Assiste ao sócio a faculdade de se retirar da Sociedade, mediante o reembolso da quantia correspondente ao valor de sua quota-parte, desde que, 60 (sessenta) dias antes, cientifique ao outro sócio, por escrito, seu interesse de retirar-se;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do reembolso da quota-parte do sócio retirante será encontrado pela divisão do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado em Balanço especialmente levantado para este fim, dentro de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no caput desta cláusula.



[Handwritten signatures]

Página 3 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31210542034 em 10/12/2015 da Empresa RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA, Nire 31210542034 e protocolo 158136853 - 11/11/2015. Autenticação: 29624854F8683FF63443FD964C16BCB549CA8DB1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/813.685-3 e o código de segurança WqzW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/12/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



pág. 4/8

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 03.065.454/0001-39

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á de acordo com o que for avençado livremente entre as partes. Caso as partes não entrem em acordo, o pagamento do valor integral dar-se-á em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelo IGPM do período, acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, sendo o primeiro pagamento no primeiro dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As quotas não poderão ser transferidas a terceiros sem prévio e expresso consentimento do outro sócio, que terá peremptoriamente, o direito de preferência. O sobredito consentimento será consignado no próprio instrumento de alteração ou instrumento à parte.

PARÁGRAFO QUARTO: O sócio remanescente terá preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio retirante. Se o sócio remanescente, ou a Sociedade, não usarem do direito de preferência que lhes é assegurado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da comunicação, fica assegurado ao sócio retirante o direito de ceder suas quotas a terceiros, valendo o instrumento de cessão, depois de registrado no Cartório de Títulos e Documentos, como prova plena de alteração de titularidade do Contrato Social, sendo, portanto, ineficaz em relação à Sociedade a feitura de qualquer cessão ou transferência de quotas com infração às regras estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA IMPENHORABILIDADE DAS QUOTAS

É expressamente vedado aos quotistas, constituir qualquer ônus sobre as quotas, sendo as mesmas impenhoráveis, nos termos do artigo 649, inciso I do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A sociedade será administrada por todos os sócios, que na qualidade de sócios administradores, a representarão, em todos os seus atos quer em juízo ou fora dele, representação esta que será exercida isoladamente e indistintamente por qualquer um dos membros da diretoria, competindo-lhes o uso da Denominação Social, bem como praticar qualquer ato administrativo no interesse social, representando-a ativa e passivamente, perante as pessoas físicas ou jurídicas, quer sejam públicas ou privadas, inclusive perante estabelecimentos de crédito; exceto na venda de bens patrimoniais imóveis e cessão de direitos de concessão de serviços contratados, quando será obrigatória a assinatura de todos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será permitido o aval da Sociedade em operações de exclusivo interesse desta, mediante declaração expressa de dois dos sócios representantes da quotista majoritária, ou simplesmente que o aval contenha as suas assinaturas, sendo expressamente vedado o uso da Denominação em negócios de favores ou para terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os administradores e/ou qualquer dos sócios que vierem a prestar serviços à Sociedade, poderão fazer jus a um *quantum* remuneratório, que será, mensalmente, retirado ou acumulado de acordo com a disponibilidade de caixa a título de retirada *pró-labore*. Os valores serão previamente discutidos, aprovados em Assembleia e



[Assinaturas manuscritas]

Página 4 de 6

reajustados sempre que houver interesse ou necessidade, podendo, todavia, ser reduzido ou extinto por maioria do Capital votante.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os administradores não responderão, no entanto, solidariamente pelas obrigações patrimoniais da Sociedade.

PARÁGRAFO QUARTO: Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA NONA - DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas em reunião, que deverá ser convocada por qualquer um dos sócios, com expressa comunicação aos demais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras, designar administradores, quando for o caso e deliberar sobre outros assuntos da ordem do dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observados os quóruns mínimos de deliberação previstos nos arts. 1.071 e 1076 da Lei 10.406 de 10.01.2002, as deliberações dos sócios, serão tomadas pelos votos que representarem a maioria do capital social, dando cada quota direito a um voto, sendo que em relação a sociedade, a quota é indivisível.



CLÁUSULA DECIMA - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O Exercício Social coincidirá com o ano civil, quando será levantado o Balanço Geral da Sociedade, cabendo à Assembleia de Sócios a sua aprovação e a indicação do destino a ser dado nos resultados apurados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios participarão nos lucros apurados mensal, trimestral ou anualmente na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

a) Esta Sociedade poderá se transformar em qualquer outro tipo de Sociedade;

b) Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Página 5 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31210542034 em 10/12/2015 da Empresa RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA, Nire 31210542034 e protocolo 158136853 - 11/11/2015. Autenticação: 29624854F8683FF63443FD964C16BCB549CA8DB1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/813.685-3 e o código de segurança WqzW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/12/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


pag. 6/8

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE R.R.C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 03.065.454/0001-39

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via de igual teor e forma, perante as duas testemunhas infra nomeadas.

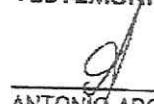
Itajubá-MG, 19 de novembro de 2015.


RODRIGO PAIVA CONSTANTINO


ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO


CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO

TESTEMUNHAS:


ANTONIO ADOVERLINO ANDRADE
CART. IDENT. M-890.165
CPF - 175.203.556-91


CENEIDA MARIA OLIVEIRA GOULART
CART. IDENT. M-838.340
CPF-131.998.206-97









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ: 01.516.050/0001-99
RUA PREFEITO TIGRE MAIA Nº 18 - CENTRO - Itajubá-MG - CEP: 37500-000
Tel: (00)3622-1038

ROBERTO DA SILVA LEITE - OFICIAL

CERTIDÃO EXTRATO

ROBERTO DA SILVA LEITE, OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ITAJUBÁ, MG, EM PLENO EXERCÍCIO DO CARGO, NA FORMA DA LEI, ETC

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os livros e arquivos desta Serventia encontrou o seguinte registro de Contrato Social, em nome de R.R.C Participações LTDA

Número do Registro: 1146
Data do Registro: 28 de outubro de 2015
Livro: 18
Página: 171

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento de pessoa interessada, que revendo em Cartório o Livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, A nº 06, sob o nº de ordem 1.146, as folhas 104, feito em 29 de Dezembro de 1998 o registro do Contrato Social da firma R.R.C. Participações LTDA, sendo sócios Rodrigo Paiva Constantino, Rogério Paiva Constantino e Cristiano Paiva Constantino, com sede em Itajubá, a Av. Padre Lourenço da Costa, nº 1.072, bairro São Sebastião, a sociedade é administrada por todos os sócios, representando ativa e passivamente. CERTIFICA ainda, que a margem do registro acima, consta a averbação de número 1 (um), feita em 06-01-2000, onde o capital da empresa é elevado para R\$ 821.625,00, dividido em 821.625 cotas. CERTIFICA também, que dentro do livro A-8, nele consta sob o número 02.249, fls. 262 feito em 08-01-2004, o registro da segunda alteração contratual, adequando-se ao novo Código Civil. CERTIFICA por fim, que a margem do registro acima (L. A-8, número 02.249, fls. 262) consta a averbação de número 3 (três), feito em 28-10-2015, onde a empresa transfere seu registro para a JUCEMG.

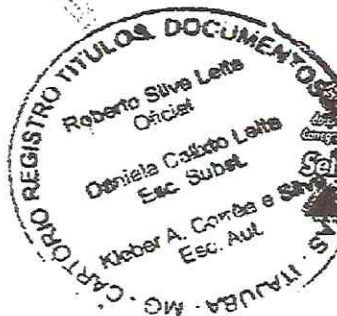
Itajubá, 18 de Novembro de 2015

O referido é verdade e dou fé. Itajubá, 18 de novembro de 2015.

Roberto da Silva Leite
Oficial do CARTÓRIO DO ROBERTO LEITE

Emo = R\$ 13,45 TFIJ = R\$ 5,04 Rec = R\$ 0,81 Des = R\$ 0,00 Total = R\$ 19,30

Padrão Único - TFMG - Cartório de Registro de Imóveis
1º Ofício - CARTÓRIO DO ROBERTO LEITE
Livre 300
Selo Número: AID28665
Código: 2842.2621.5795.3221
Folha de selo: 1. Valor: 14,20 - 11. Selo Total: 14,20
Consultar o valor de selos, Selos e Selo: http://www.jucemg.mg.gov.br



Selo de Fiscalização
CERTIDÃO
BAB 78492

1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31210542034 em 10/12/2015 da Empresa RRC PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA, Nire 31210542034 e protocolo 158136853 - 11/11/2015. Autenticação: 29624854F8683FF63443FD964C16BCB549CA8DB1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/813.685-3 e o código de segurança WqzW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/12/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

